

## **CRACK: UMA PEDRA NO MEIO DO CAMINHO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS<sup>1</sup>**

Marise de Leão Ramôa (CAPSad Mané Garrincha)

O presente trabalho propõe refletir a forma como são implantadas as políticas públicas na área de álcool e outras drogas na cidade do Rio de Janeiro, a partir da intensificação do uso de crack e de outras drogas no espaço urbano.

O fenômeno das drogas, na contemporaneidade, apresenta-se como uma “epidemia” de abuso de drogas como o crack. Em nome de epidemia, corremos o risco de promovermos uma higienização do espaço urbano, no que se refere aos usuários de drogas que se encontram em situação de rua.

A questão que se faz presente é o que as políticas públicas, na área de álcool e outras drogas, têm como direção ética, pois em sua maioria não se aproximam do fenômeno droga. Partem de movimentos proibicionistas, que sustentam a concepção demonizante do objeto droga. Entendemos que as drogas podem variar, de veneno, produto que causa danos à remédio, de acordo com interesses políticos, econômicos e sociais e de acordo com a relação estabelecida entre o sujeito e o objeto droga.

Percebemos que o fenômeno das drogas se apresenta, hoje, na cidade do Rio de Janeiro, na forma de uma “epidemia”, ou seja, em um grave “sintoma social”, como nos diz Melman. Tal fenômeno se presentifica, na atualidade, em sua interface com a violência urbana. Em bairro da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, após ação isolada de repressão, diversos jovens passaram a usar crack diante dos moradores do bairro e estes tiveram o comportamento de jogar água enquanto o crack era inalado, o que nos remete à idéia de “higienização” social. Entendemos que esses jovens denunciam diversos movimentos: o do tráfico de drogas, da sociedade excludente, de uma gestão da miséria.

Não é possível a efetivação de políticas públicas de qualidade, no âmbito do cuidado em Saúde, em um contexto de políticas repressivas, que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado em mesa redonda no VII Congresso Nacional de Psicologia Norte/Nordeste em maio/2011.

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.4, n.10, p.287-290, 2012

apresentam um discurso pautado em uma guerra às drogas, sem que seja percebida a guerra aos usuários de drogas.

Para desenvolvermos nossa compreensão do que acontece hoje na cidade do Rio de Janeiro, em termos de implantação de políticas públicas A/D, trabalharemos com a categoria de reabilitação psicossocial (Saraceno, 1997), com o conceito de desfiliação (Castel, 1994) e com a discussão acerca dos paradigmas asilar e psicossocial presentes na cultura brasileira.

Abordaremos práticas que se baseiem em metodologias distintas: uma na estratégia de redução de riscos e danos sociais e à saúde e outra baseada no Modelo Minesotta, pois as duas apresentam concepções distintas de objeto: sujeito e doença, respectivamente (Ramôa, 2005). Trabalharemos, então, com práticas que se sustentam pela imposição da abstinência total do uso de drogas e por práticas onde os usuários de drogas é que vão estabelecendo formas de uso não prejudiciais.

Avaliaremos os efeitos das mesmas no âmbito da clínica, no sentido de entendermos qual se sustenta no paradigma asilar e qual se sustenta no paradigma psicossocial e os efeitos de tais estratégias para a situação de violência urbana.

Temos discutido a necessidade de promovermos trabalho para a desinstitucionalização do espaço urbano, no sentido que entendemos que hoje o grande manicômio existente não tem estrutura física de contenção, mas sim uma contenção "virtual". Os dependentes de crack ficam limitados a circular em espaços muito bem definidos nos territórios da cidade, por ações do tráfico, da milícia e também de gestores que não acessam os movimentos sociais/de trabalhadores. Da mesma forma que os manicômios foram criados para excluir a loucura, do espaço urbano, agora há um movimento de promover exclusão social em alguns espaços da cidade. Para pensarmos na desinstitucionalização do espaço urbano recorreremos a Saraceno (1999). O autor acena para o fato de que o manicômio e sua lógica não estão nas arquiteturas dos espaços ou em lugares abertos ou fechados, mas, sim, na forma como os sujeitos se posicionam; podem estar dentro de nós mesmos. É necessário atenção à lógica manicomial, aquela que institui a negação do uso da palavra, do próprio corpo, dos objetos pessoais, do direito ao uso do espaço doméstico e da casa, de ir e vir... A rua hoje passa a ser um espaço de clausura para muitos que não

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.4, n.10, p.287-290, 2012

podem mais circular em seus territórios de origem ou não podem mais sair de “aprisionamentos simbólicos”. Nesse sentido é necessário que sejam implantados dispositivos territorializados de atenção psicossocial, que não são mais caracterizados pela interioridade em relação ao território exterior (Amarante, 2000), como ocorre no modo asilar. A necessidade de desinstitucionalização encontra-se aí presente. É nesse sentido que defendemos a proposta de uma desinstitucionalização da clínica, no sentido epistemológico e de atuação direta no território, visando à integralidade na assistência.

A rua se constitui, hoje, em espaço para os “desfiliaados”, pois os mesmos não contam mais com estruturas sociais como família, comunidade, pátria...

A desfiliação (Castel,1988) surge como uma ruptura em relação às normas de reprodução social hegemônicas, que controlam a inscrição social.

Quando o pertencimento social é negado ou abandonado, a violência pode se constituir enquanto uma alternativa de vida. Ela evidencia-se no aniquilamento, exclusão ou abuso do outro, seja ele um indivíduo, um grupo ou uma comunidade. É esse o fenômeno que presenciamos hoje na cidade do Rio de Janeiro. Vemos crianças e adolescentes que se relacionam entre si e com os adultos de uma forma qualificada por Isaiah Berlin, como liberdade negativa<sup>2</sup>.

Dessa forma apresentaremos modalidades de serviços implantados em 2009 pela SMAS(centros de acolhimento, Embaixada da Liberdade e Casa Viva) e em 2008 e 2009 pela SMSDC(CAPS ad e Casa Viva), para pensarmos de que forma os saberes do campo da Saúde Mental atravessam tais práticas, promovendo ou não mudanças paradigmáticas e transformadoras das políticas públicas.

---

<sup>2</sup> Isaiah apontou as liberdades negativas como o direito de fazer o que se quer, a despeito da opinião e vontade dos outros, em oposição ao direito positivo de participar em decisões democráticas(apud ZALUAR,1994).

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BAUMAN, Z. – Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BUCHER, R. \_ Drogas e drogadição no Brasil. Porto Alegre. Artes Médicas: 1992.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, Antonio (Org.). Saudeloucura 4: grupos e coletivos. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COSTA, J.F. – Violência e Psicanálise. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

GOLDBERG, J. – A Clínica da psicose: um projeto na rede pública. Rio de Janeiro: Te Corá, 1994.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. - Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GIDDENS, A. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FREUD, S. (s.d.). O mal estar na civilização. *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 8). Rio de Janeiro: Delta. (Originalmente publicado em 1924)

MELMAN, C. (1992). Alcoolismo, delinquência e Toxicomania. São Paulo: Escuta.

RAMÔA, M – O grupo de auto-ajuda em dois contextos: alcoolismo e doença mental. Dissertação de Mestrado. Depto. de Psicologia. PUC-Rio, 1999.

\_\_\_\_\_. - A Desinstitucionalização da Clínica na Reforma Psiquiátrica: um estudo sobre o projeto CAPS ad. Tese de Doutorado. Depto. de Psicologia. PUC-Rio, 2005.

SANTOS, M. - A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SARACENO, B. – Libertando Identidades. Rio de Janeiro, Te Corá/ IFB, 1999.

ZALUAR, A. – Condomínio do Diabo. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.